

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 005 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2014.

cerio

"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO NO ANO DE 2014 DE PRÊMIO POR VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL AOS SERVIDORES INTEGRANTES DO QUADRO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL DE ITAPUÍ E DÁ PROVIDÊNCIAS CORRELATAS."

JOSÉ EDUARDO AMANTINI, Prefeito do Município de Itapuí, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei Complementar:

- Art. 1º Fica instituído para o exercício de 2014 o "Prêmio por Valorização Profissional" aos servidores integrantes do Quadro do Magistério Público Municipal de Itapuí, de que trata a Lei nº. 2.227, de 18 de julho de 2007, assim entendidos o Professor de Educação Infantil, Professor de Pré-Escola, Professor de Educação Básica I, Professor de Educação Básica II 24 e 40 horas semanais, empregos de suporte-técnico pedagógico, bem como para os servidores da rede estadual cedidos para atuarem na rede municipal de ensino de acordo com o Termo de Parceria Estado/Município.
- Art. 2º O "Prêmio por Valorização Profissional" constitui vantagem pecuniária a ser concedida na forma prevista na presente lei complementar, pago com recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação FUNDEB.
- Art. 3º O "Prêmio por Valorização Profissional" a que se refere o artigo anterior será calculado, com base na assiduidade do servidor, levando-se em conta, a presença e o número de faltas-dia durante exercício de 2014.
- §1º Considera-se assiduidade a frequência do integrante do quadro do magistério a todos os dias do exercício de 2014.

- §2º Para os fins desta lei complementar considera-se falta-dia qualquer ausência ao serviço, nos termos do art. 4º desta lei complementar, exceto os casos de licença maternidade; paternidade; adotante; nojo; gala; convocações do Poder Judiciário e da Justiça Eleitoral, doenças infectocontagiosas e acidente de trabalho.
- §3º Os casos previstos no parágrafo anterior deverão ser comprovados documentalmente, sob pena da caracterização de ausência ao serviço.
- Art. 4º Para fins de apuração da falta-dia a que se refere o artigo anterior, o docente que faltar na totalidade de sua jornada diária de trabalho terá consignado "falta-dia".

Parágrafo Único: O descumprimento de parte da jornada de trabalho diária, inclusive as horas de trabalho pedagógico na unidade escolar, será caracterizada "faltahora", a qual será transportada para os meses subsequentes perfazendo "falta-dia", nos termos do anexo único desta lei complementar.

- Art. 5º O valor do "Prêmio por Valorização Profissional" a que se refere o artigo anterior será apurado considerando a assiduidade do servidor no exercício de 2014, na seguinte conformidade:
- I Professor de Educação Infantil, Professor de Pré-escola e Professor de Educação Básica I, e Professor de Educação Básica II- com carga horária de 24 (vinte e quatro) horas semanais:
- a) 01 (uma) falta-dia: prêmio no valor de R\$1.500,00 (um mil e quinhentos reais);
- b) 02 (duas) faltas-dia: prêmio no valor de R\$1.250,00 (um mil, duzentos e cinqüenta reais);
 - c) 03 (três) faltas-dia: prêmio no valor de R\$1.000,00 (um mil reais);
- d) 04 (quatro) faltas-dia: prêmio no valor de R\$750,00 (setecentos e cinquenta reais);
 - e) 05 (cinco) faltas-dia: prêmio no valor de R\$500,00 (quinhentos reais);
- f) 06 (seis) faltas-dia: prêmio no valor de R\$250,00 (duzentos e cinqüenta reais);
- g) acima de 06 (seis) faltas-dias o servidor não fará jus ao prêmio assiduidade de que trata esta lei complementar.



- II Professor de Educação Básica II- com carga horária de 40 (quarenta)
 horas semanais e empregos de suporte-técnico pedagógico:
 - a) 01 (uma) falta: prêmio no valor de R\$2.000,00 (dois mil reais);
- b) 02 (duas) faltas: prêmio no valor de R\$1.667,00 (um mil, seiscentos e sessenta e sete reais);
- c) 03 (três) faltas: prêmio no valor de R\$1.334,00 (um trezentos e trinta e quatro reais);
 - d) 04 (quatro) faltas: prêmio no valor de R\$1.000,00 (um mil reais);
- e) 05 (cinco) faltas: prêmio no valor de R\$667,00 (seiscentos e sessenta e sete reais);
- f) 06 (seis) faltas: prêmio no valor de R\$334,00 (trezentos e trinta e quatro reais);
- g) acima de 06 (seis) faltas o servidor não fará jus ao prêmio assiduidade de que trata esta lei complementar.
- §1º Os ocupantes do emprego de professor de educação básica II com jornada de trabalho diversa da prevista nos incisos I e II deste artigo, farão jus ao prêmio de valorização profissional a que se refere esta lei complementar, de forma proporcional de acordo com sua jornada de trabalho.
- §2º No caso do parágrafo anterior, a proporcionalidade também será aplicada quanto a apuração da falta-dia.
- §3º Considera-se exercício para fins de recebimento do "Prêmio por Valorização Profissional":
 - I o ano letivo para os docentes;
- II o ano civil para os servidores ocupantes de empregos de suporte pedagógico.
- §4º Para fins de apuração da assiduidade dos servidores, será considerada a data limite de 19/12/2014.



- Art. 6º Farão jus ao recebimento do Prêmio os servidores titulares de cargo, providos mediante concurso público ou em comissão, os servidores contratados por tempo determinado e os servidores da rede estadual de educação cedidos para atuarem no município em virtude do Programa de Ação de Parceria Educacional Estado-Município para o atendimento do ensino fundamental, que estejam em efetivo exercício na educação básica pública municipal.
- §1° Os servidores da rede estadual farão jus ao recebimento do Prêmio nos mesmos valores instituídos para os servidores municipais, de acordo com os incisos I e II do artigo anterior.
- §2º Os servidores que estiverem em situação de acumulação legal de cargos farão jus ao recebimento de dois prêmios.
- §3º Eventualmente, existindo servidor titular de dois empregos docentes em regime de acumulação remunerada, que esteja afastado de ambos os empregos para o desempenho de atribuições de suporte técnico pedagógico, poderá o mesmo optar pelo recebimento do "Prêmio por Valorização Profissional" de ambos empregos docentes, ou, pelo recebimento correspondente ao suporte técnico-pedagógico, definidos nos incisos I e II do art. 5º desta Lei Complementar.
- §4º Os servidores contratados por tempo determinado somente farão jus ao "Prêmio por Valorização Profissional" desde que estejam em pleno exercício no dia 19/12/2014.
- §4° O valor do "Prêmio de Valorização Profissional" será calculado proporcionalmente ao tempo trabalhado, sendo este apurado em meses, sendo considerado mês a fração superior a 15 (quinze) dias.
- Art. 7º O Prêmio de que trata a presente Lei Complementar não se incorporará ao vencimento para nenhum efeito e sobre ele não incidirão vantagens de qualquer natureza.



Art. 8º - O "Prêmio de Valorização Profissional" a que se refere a presente Lei Complementar:

I- será pago ao final do exercício financeiro e não será incorporado, em nenhuma hipótese, ao vencimento do servidor;

II – não será computado para cálculo de vantagens pecuniárias;

III – não será considerado para o cálculo de percentual de 1/3 (um terço) de férias e do 13º (décimo terceiro) salário.

Art. 9º - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei Complementar correrão por conta de dotações próprias consignadas no orçamento vigente.

Art. 10 - Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Itapuí, 01 de novembro de 2014.

JOSÉ EDUARDO AMANTINI

Prefeito Municipal

APROVADO COMO OBJETO DE DELIBERAÇÃO

S.S. 08 1 12 1261

PRESIDENTE

A requerimento verbal do nobre vereador

aprovado por, Limanimidacio o presente projeto foi despachado para a Ordem do Dia da presente sessão, com dispensa de parecer das comissões.

S. S._

120 19

PRESIDENTE

APROVADO POR UNANIMIDADE EM DISCUSSÃO ÚNICA.

S.S. 08 1 12 12.0 14.

PRESIDENTE



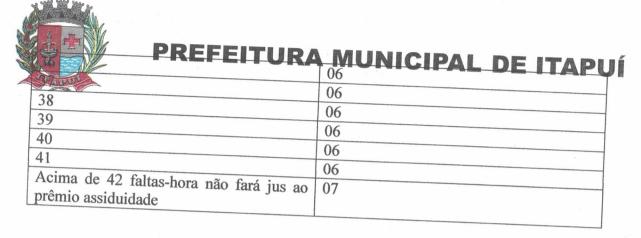
ANEXO ÚNICO

A que se refere o art. 3º desta Lei Complementar

JORNADA DE 24	HORAS SEMANAIS
Total Hold	Correspondente a faltas-dias para o fins desta Lei Complementar
01	00
02	00
03	00
04	01
05	01
06	01
07	
08	01 02
09	02
10	02
11	02
12	The second secon
13	03
14	03
15	03
16	03
17	04
18	04
19	04
20	04
21 / 11/2	05
22	05) (0)
23	05
24	05
25	06
	06
26	06
7	06
Acima de 27 faltas-hora não fará jus ao	07
rêmio assiduidade	

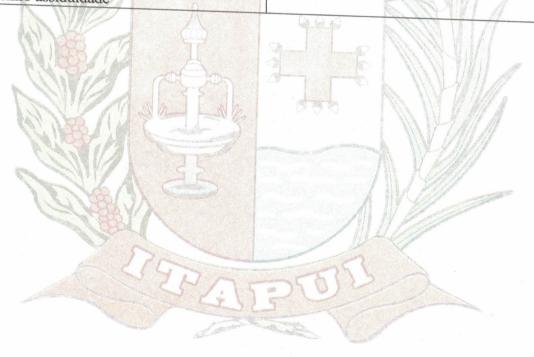


N° de faltas-hora	NADA DE 30 HORAS SEMANAIS Correspondente a faltas-dias para o
01	mis desta Lei Complementar
02	00
03	00
04	00
05	00
06	00
07	01
08	01
09	01
10	01
11	01
	01
12	02
13	02
14	02
15	02
16	02
17	02
18	03
19	5 2 03
20	03
21	03
22	03
23	03
24	03
25	5 04 04
26	04
27	04
28	04
29	04
0	05
1	
2	05
3	05
4	05
5	05
	05



JORNADA DE 40 HORAS SEMANAIS	
- Wittes-HUI A	Correspondente a faltas-dias para fins desta Lei Complementar
01	00 complementar
02	00
03	00
04	00
05	00
06	00
07	00
08	01
09	01
10	
11	01
12	01
13	01
14	01
15	01
16	
17	02
8	02
9	02
20	02
21	02
22	02
3	02
4	02
5	03
6	03
7	03
8	03
9	03
)	03
	03
2	03
3	04
1	04
	04
)	04

PREFEITUR	A MUNICIPAL DE ITAP
ALL	04
38	04
39	
40	04
41	05
42	06
43	06
44	06
45	06
46	06
47	06
48	06
49	06
50	04
51	05
52	06
53	06
	06
54	06
55	06
56	00
Acima de 56 faltas-hora não fará jus ao prêmio assiduidade	07





MENSAGEM

Senhor Presidente

Encaminhamos para apreciação dos nobres membros dessa Casa de Leis o incluso Projeto de Lei Complementar que "dispõe sobre a concessão no ano de 2014 de Prêmio por Valorização Profissional aos servidores integrantes do quadro do magistério público municipal de Itapuí e dá providências correlatas".

O presente projeto de lei complementar tem como justificativa o interesse do educando no município de Itapuí e, em consequência, o interesse de toda a comunidade.

Dizemos isto porque o presente projeto busca inibir as constantes faltas apresentadas pelos profissionais do magistério em nosso município, fato que reflete no desenvolvimento do projeto pedagógico destinado aos alunos matriculados na rede municipal de ensino. Ressalte-se que a diminuição do número de faltas dos profissionais da educação garante melhor aproveitamento ao educando, uma vez que se evita, desta forma, a ausência do professor à sala de aula e também sua substituição por profissional estranho ao corpo discente.

E mais: as ausências dos professores, como dito, implicam diretamente em substituição, o que leva a municipalidade a despender recursos financeiros para o pagamento de professores substitutos. Devemos dizer que o pagamento destes



Assim, valendo-nos dos recursos do FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica, e em atenção aos princípios da Supremacia do Interesse Público e da Economicidade, solicitamos que o presente Projeto de Lei Complementar seja apreciado e aprovado por esta Colenda Câmara.





Oficio nº. 173/2014

copia

Itapuí, 02 de dezembro de 2014.

Excelentíssima Senhora,

Pelo presente, venho respeitosamente à presença de Vossa Excelência, encaminhar para apreciação do Projeto de Lei Complementar nº. 005/2014.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de elevada estima e

JOSÉ EDUARDO AMANTINI Prefeito Municipal

Exma. Senhora Silene Valini

DD. Presidente da Câmara Municipal de Itapui



AUTOGRAFO Nº 049/2014 PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº. 05/2014

DISPÕE SOBREA CONCESSÃO NO ANO 2014 DE PRÊMIO VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL POR SERVIDORES AOS INTEGRANTES QUADRO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO DO MUNICIPAL DE ITAPUÍ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPUÍ, DECRETA:

Artigo 1º- Fica instituído para o exercício de 2014 o "Prêmio por Valorização Profissional" aos servidores integrantes do Quadro do Magistério Público Municipal de Itapuí, de que trata a Lei nº 2.227 de 18 de julho de 2007, assim entendidos o Professor de Educação Infantil, Professor de Pré-Escola, Professor de Educação Básica I, Professor de Educação Basica II- 24 e 40 horas semanais, empregos de suporte-técnico pedagógico, bem como para os servidores da rede estadual cedidos para atuarem na rede municipal de ensino de acordo com o Termo de Parceria Estado/Município.

Artigo 2º- O "Prêmio por Valorização do Profissional" constitui vantagem pecuniária a ser concedida na forma prevista na presente lei complementar, pago com recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação- FUNDEB.

Artigo 3°- O "Prêmio por Valorização Profissional" a que se refere o artigo anterior será calculado, com base na assiduidade do servidor, levando-se em conta, a presença e o número de faltas- dia durante exercício de 2014.

Parágrafo 1º- Considera-se assiduidade a frequência do integrante do quadro do magistério

Parágrafo 2°- Para fins desta lei complementar considera-se falta-dia qualquer ausência ao servico, nos termos do artigo 4º desta lei complementar, exceto os casos de licença maternidade; paternidade; adotante; nojo; gala; convocações do Poder Judiciário e da Justi<mark>c</mark>a Eleitoral, doenças infectocontagiosas e acidente de trabalho.

Parágrafo 3º- Os casos previstos no parágrafo anterior deverão ser comprovados documentalmente, sob pena da caracterização de ausência ao serviço.



Artigo 4º- Para fins de apuração da falta-dia a que se refere o artigo anterior, o docente que faltar na totalidade de sua jornada diária de trabalho terá consignado "falta-dia".

Parágrafo único- O descumprimento de parte da jornada de trabalho diária, inclusive as horas de trabalho pedagógico na unidade escolar, será caracterizada "falta-hora", a qual será transportada para os meses subsequentes perfazendo "falta-dia", nos termos do anexo único

Artigo 5°- O valor "Prêmio por Valorização Profissional" a que se refere o artigo anterior será apurado considerando a assiduidade do servidor no exercício de 2014, na seguinte

- I- Professor de Educação Infantil, Professor de Pré- Escola e Professor de Educação Básica I, e Professor de Educação Basica II- com carga horária de 24(vinte e quatro) horas
- a)- 01(uma) falta-dia: prêmio no valor de R\$ 1.500,00(um mil e quinhentos reais);
- b)- 02(duas) faltas- dia: prêmio no valor de R\$ 1.250,00(um mil duzentos e cinqüenta
- c)- 03(três) faltas- dia: prêmio no valor de R\$ 1.000,00(um mil reais);
- d)- 04(quatro) faltas-dias: prêmio no valor de R\$ 750,00(setecentos e cinqüenta reais);
- e)- 05(cinco) faltas- dia: prêmio no valor de R\$ 500,00(quinhentos reais);
- f)- 06(seis) faltas- dia: prêmio no valor de R\$ 250,00(duzentos e cinquenta reais)
- g)- acima de 06(seis) faltas- dia o servidor não fará jus ao prêmio assiduidade de que trata esta Lei Complementar.
- II- Professor de Educação Básica II- com carga horária de 40(quarenta) horas semanais e empregos de suporte-técnico pedagógico:
- a)-01(uma) falta: prêmio no valor de R\$ 2.000,00(dois mil reais);
- b)- 02(duas) faltas: prêmio no valor de R\$ 1667,00(um mil, seiscentos e sessenta e sete
- e)-03(três) faltas: prêmio no valor de R\$1.334,00(um mil trezentos e trinta e quatro reais);
- d)- 04(quatro) faltas: prêmio no valor de R\$ 1.000,00(um mil reais);
- e)-05(cinco) faltas: prêmio no valor de R\$ 667,00(seiscentos e sessenta e sete reais);
- f)-06 (seis) faltas: prêmio no valor de R\$ 334,00(trezentos e trinta e quatro reais);
- g)-acima de 06(seis) faltas o servidor não fará jus ao prêmio assiduidade de que trata esta lei complementar.

Parágrafo 1º)- Os ocupantes do emprego de professor de educação básica II com jornada de trabalho diversa da prevista nos incisos I e II deste artigo, farão jus ao prêmio de valorização profissional a que se refere esta Lei Complementar, de forma proporcional de acordo com sua jornada de trabalho.



Parágrafo 2º)- No caso do parágrafo anterior, a proporcionalidade também será aplicada quanto a apuração da falta- dia.

Parágrafo 3°)- Considera-se exercício para fins de recebimento do "Prêmio por valorização

I- o ano letivo para os docentes;

II- o ano civil para os servidores ocupantes de empregos de suporte pedagógico;

Parágrafo 4º)- Para fins de apuração da assiduidade dos servidores, será considerada a data

Artigo 5°)- Farão jus ao recebimento do Prêmio os Servidores titulares de cargo, providos mediante concurso público ou em comissão, os servidores contratados por tempo determinado e os servidores contratados por tempo determinado e os servidores da rede estadual de educação cedidos para atuarem no município em virtude do Programa de Ação e Parceria Educacional Estado-Município para o atendimento do ensino fundamental, que estejam em efetivo exercício na educação básica pública municipal.

Parágrafo 1°)- Os servidores da rede estadual farão jus ao recebimento do Prêmio nos mesmos valores instituídos para os servidores municipais, de acordo com os incisos I e II do artigo anterior.

Parágrafo 2º)- Os servidores que estiverem em situação de acumulação legal de cargos arão jus ao recebimento de dois prêmios.

Parágrafo 3°)- Eventualmente, existindo servidor titular de dois empregos docentes em regime de acumulação remunerada, que esteja afastado de ambos os empregos para o desempenho de atribuições de suporte técnico-pedagógico, poderá o mesmo optar pelo recebimento do "Prêmio por Valorização Profissional" de ambos empregos docentes, ou, pelo recebimento correspondente ao suporte técnico-pedagógico, definidos nos incisos I e II do artigo 5° desta lei complementar.

Parágrafo 4°)- Os servidores contratados por tempo determinado somente farão jus ao "Prêmio por Valorização Profissional" desde que estejam em pleno exercício no dia 19/12/2014.

Parágrafo 5°)- O valor do "Prêmio de Valorização Profissional" será calculado proporcionalmente ao tempo trabalhado, sendo este apurado em meses, sendo considerado mês a fração superior a 15 (quinze) dias.



Artigo 6°)- O prêmio de que trata a presente Lei Complementar não se incorporará ao vencimento para nenhum efeito e sobre ele não incidirão vantagens de qualquer natureza.

Artigo 7º)- O "Prêmio de Valorização Profissional" a que se refere a presente Lei

I- será pago ao final do exercício financeiro e não será incorporado, em nenhuma hipótese, ao vencimento do servidor;

II- não será computado para cálculo de vantagens pecuniárias;

III- não será considerado para o cálculo de percentual de 1/3(um terço) de férias e do 13°(décimo terceiro) salário.

Artigo 8°)- As despesas decorrente da aplicação desta Lei Complementar correrão por conta de dotações próprias consignadas no orçamento vigente.

Artigo 9°)- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação. Câmara Municipal de Itapuí, 09 de dezembro de 2014.

Presidente

MARIA CLÉLIA VIARO PICHELLI Secretária